PORTO & MAR

Santos cobra investimentos da União

Prefeitura quer que obras, como um túnel entre as zonas Leste e Noroeste, sejam executadas pela futura administradora do Porto

SANDRO THADEU

DAREDAÇÃO

A Prefeitura de Santos solicitou ao ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, que algumas obras no Município sejam executadas pela empresa que vencer o leilão da desestatização da Santos Port Authority (SPA), que deve ocorrer no segundo semestre do próximo ano.

Em entrevista exclusiva para A Tribuna, na última sexta-feira, quando esteve na região, o titular da pasta revelou que uma das propostas que podem sair do papel é um antigo projeto idealizado pela Administração Municipal: o túnel ligando a Zona Noroeste e a Zona Leste da Cidade.

"Esse túnel servirá como

O PROJETO

Em 2014, a União anunciou R\$ 481,4 milhões em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2)-Mobilidade Urbana na região. Desse total, R\$ 228 milhões seriam utilizados no túnel Zona Leste-Zona Noroeste, orçado em R\$ 456,3 milhões. O Município arcaria com 25% do custo e o mesmo percentual seria bancado pelo Estado. Porém, em 2017, a liberação dos recursos federais foi suspensa. O projeto previa a construção de dois túneis paralelos, com cerca. de 1.350 metros de comprimento. Uma das embocaduras seria de frente para Rua Dom Duarte Leopoldo e Silva, no Marapé, A outra ficaria ao lado do Conjunto Habitacional dos Estivadores. no bairro São Jorge, próximo à divisa com São Vicente.

uma espécie de rota alternativa para os caminhões, caso haja algum problema na rota principal na descida dos caminhões pelo Sistema Anchieta-Imigrantes", afirmou Freitas.

Segundo o ministro, a consulta pública sobre o modelo de desestatização, prevista para ser lançada neste mês, será uma oportunidade de ouvir as sugestões da sociedade civil e dos principais atores ligados ao setor. "Essa é a nossa chance de aprimorar esse modelo e incluir algum investimento que não foi considerado inicialmente. A nossa intenção é resolver o máximo de problemas que tenham a ver com a operação portuária e com a interface Porto-Cidade", explicou.

Freitas recebeu um oficio do prefeito Rogério Santos (PSDB), acompanhado de uma manifestação técnica para justificar a importância desse túnel. O chefe do Executivo apontou que a terceira linha ferroviária na região do Valongo resultou na redução de uma faixa de rolamento na pista sentido Ponta da Praia - Alemoa da Avenida Perimetral.

Foi apontada ainda a preocupação com a repetição de eventos, como o incêndio do terminal da Ultracargo, em abril de 2015, quando o tráfego de caminhões precisou ser desvia-



Uma das entradas do túnel seria na Rua Dom Duarte Leopoldo e Silva

do para vias urbanas, prejudicando a comunidade.

O prefeito destacou que essa ligação entre as zonas Leste e Noroeste, associada às obras complementares que seriam feitas pelo Município e pelo Estado, permitiria o acesso urbano de Santos e São Vicente pela Via Anchieta e pela Rodovia dos Imigrantes.

"A proposta prevê ainda na divisa das cidades uma ligação da Imigrantes diretamente com esse túnel, o que resolveria um importante problema de logística regional. Isso vai tirar um pouco de trânsito de veículos na chegada a Santos pela Via Anchieta e vai ajudar no tráfego de caminhões em direção ao Porto", disse Santos.

A Prefeitura também pediu a inclusão da construção de um novo viaduto entre a Via Anchieta e o Porto de Santos. Essa obra foi pactuada no passado com o Governo Federal, mas ainda não há previsão de ser executada. Um estudo sobre essa intervenção está pronto e já contemplaria a existência do terminal de passageiros no Valongo.

Ligação seca será incluída na desestatização

Outra obra que deve ser colocada como contrapartida de investimento para o consórcio que ganhar o leilão para gerenciara Santos Port Authority (SPA) é a construção do túnel submerso entre as margens do Porto.

Aideia do Governo Federal é que o aporte de recursos para esse segmento seja uma obrigação do futuro concessionário. "Será criada uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) para isso, porque operadores portuários deixariam de participar do leilão por causa do ônus de operar o sistema rodoviário", segundo o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Na sua avaliação, "a gente consegue aportar recursos para essa empresa na largada e isso torna essa concessão atrativa. A gente conseguirá fazer isso com recursos que será auferido na desestatização de Santos. Temos uma equação viável para colocar essa ligação seca de pé e que é melhor em todos os aspectos".